



## NOTAS SOBRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL

CORTIZO, Maria del Carmen<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo contribuir com as reflexões sobre a produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social a partir de uma perspectiva gramsciana. Em primeiro lugar, apresentamos brevemente alguns elementos que nas elaborações gramscianas podem contribuir para essa discussão. Problematizando, a seguir, as frequentes afirmações em torno da distinção entre a produção de conhecimento teórico-científico (desenvolvido no âmbito de instituições formais de pesquisa) e a produção de conhecimento teórico-prático (produzido nos processos de intervenção profissional dos assistentes sociais). Concluimos propondo uma redefinição dessa distinção que permita considerar ambos os tipos de conhecimento na perspectiva teórico-política de um projeto hegemônico de transformação radical da sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** filosofia da práxis; dialética; história integral.

### 1. INTRODUÇÃO:

O presente artigo tem por objetivo contribuir com as reflexões sobre a produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social a partir de uma perspectiva gramsciana que nos permite, através de conceitos como os de dialética e história integral, pensar o conjunto do conhecimento produzido na área sem as hierarquizações e desqualificações provenientes da concepção hegemônica de ciência. Sem desconhecer as diferenças entre tipos de conhecimento que respondem a objetivos e metodologias diversas, propomos coloca-los na perspectiva do projeto societário das classes subalternas.

Em primeiro lugar, apresentamos brevemente os elementos que nas elaborações gramscianas sobre a “filosofia da práxis” podem contribuir com a nossa discussão. Problematizando, a seguir, as frequentes afirmações em torno da distinção entre a produção de conhecimento teórico-científico e a produção de conhecimento teórico-prático no âmbito do Serviço Social, desde que o primeiro seria desenvolvido no marco de instituições formais de pesquisa e o segundo seria produzido nos processos de intervenção profissional dos assistentes sociais. Concluimos

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina.



reconhecendo a distinção entre a produção de conhecimento teórico-científico e a produção de conhecimento teórico-prático do ponto de vista da metodologia da pesquisa social que define o limite entre ciência e não-ciência, porém propomos a redefinição dessa distinção, na perspectiva teórico-política de um projeto hegemônico de transformação radical da sociedade.

## 2. DIALÉTICA, FILOSOFIA DA PRÁXIS E HISTÓRIA INTEGRAL

Estas breves notas estão fundamentadas no marxismo de Antonio Gramsci, particularmente nas suas reflexões sobre a “filosofia da práxis”, a dialética, e a “historia integral”, que constituem no conjunto uma nova teoria do conhecimento, uma gnosiologia.

O ponto de partida para a questão do conhecimento em Gramsci – e não somente para esta questão – é a afirmação de que “todo mestre é sempre aluno e todo aluno mestre”, em clara referência à terceira das Teses sobre Feuerbach escritas por Marx em 1845<sup>2</sup>. Gramsci instaura assim uma relação dialética entre ciência e vida, entre conhecimento e ação, entre filosofia e política (SEMERARO, 2006, p. 16), que lhe permite uma nova perspectiva não somente sobre a construção do conhecimento, mas, sobre a própria transformação social. De este modo, a produção de conhecimento é parte fundamental do projeto hegemônico das classes subalternas, já que é no bojo dessa produção de conhecimento que as classes subalternas se transformam e transformam todas as relações sociais de todas as classes.

Frosini (2013) chama a atenção para o fato de que a leitura que Gramsci faz da terceira tese sobre Feuerbach deve ser entendida conjuntamente com a leitura que faz do Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política de 1859. Diz Gramsci em referência ao Prefácio:

Mas essa consciência é limitada apenas ao conflito entre as forças materiais de produção e as relações de produção – como diz materialmente o texto

---

<sup>2</sup> “A doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação, [de que] seres humanos transformados são, portanto, produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem ele próprio de ser educado. Ela acaba, por isso, necessariamente, por separar a sociedade em duas partes, uma das quais fica elevada acima da sociedade (por exemplo, em Robert Owen)”.



marxista – ou refere-se a qualquer consciência, isto é, a qualquer conhecimento? Esse é o problema: que pode ser resolvido com todo o conjunto da doutrina filosófica do valor das superestruturas ideológicas. [...] A tese de Marx – de que os homens se tornem conscientes dos conflitos fundamentais no terreno das ideologias – possui um valor orgânico, é uma tese gnosiológica e não psicológica ou moral. (Q. 4, §37, p. 455 e 463).

Segundo Frosini (2013, p. 32-33), a teoria comunista não limita arbitrariamente a função das lutas à obtenção da vitória de uma classe sobre as outras, mas “coloca o caráter *permanente* das lutas na base da própria teoria, não reduzindo o conflito nem a um elemento *perturbador* (Proudhon), nem a um instrumento *temporário* para obter a prevalência (Smith e Ricardo), mas tornando-o o terreno *permanente* da história e do seu conhecimento”. Gramsci concebe a verdade como *práxis*, e conseqüentemente redefine a ideologia como uma *prática política da verdade*, capaz de absorver em si mesma os interesses das outras classes populares de forma subalterna, não simplesmente como uma falsa consciência.

Portanto, entre verdade e ideologia não há diferença de status: a verdade não é um fato lógico, mas político; a verdade é, precisamente, a afirmação prática de uma força social. A ideologia (falsidade) não se contrapõe à ciência (verdade).

A “realidade objetiva” “funciona como mestre” desde que obriga a um contínuo aprendizado e superação do próprio saber:

Portanto, é no campo das experiências concretas, na interlocução crítica com a cultura e no embate com os projetos políticos existentes no movimento real da história que, para Gramsci, se chega progressivamente à compreensão de si mesmo, à elaboração de uma própria concepção de mundo, de uma teoria do conhecimento e à construção de métodos que “cada pesquisa científica cria para si da forma mais adequada”. (SEMERARO, 2006, p. 17)

Para conquistar a hegemonia, as classes subalternas precisam passar por um processo constitutivo de sua identidade, de sua intelectualidade e por uma educação que exige a construção rigorosa de um saber avançado e socializado (SEMERARO, 2006, p. 21). De modo a apropriar-se dos instrumentos fundamentais do conhecimento, superar seu saber disperso e aproximativo e adquirir confiança em suas capacidades.



Nessa trilha Gramsci traça as linhas do processo de formação de um conhecimento crítico dos setores subalternos:

Em primeiro lugar é necessário apreender e respeitar o saber popular mantendo uma posição crítica respeito ao mesmo. A partir desse primeiro movimento, segue a apreensão do núcleo de “bom senso”, presente em muitos conhecimentos populares, que deve ser desenvolvido coerente e criticamente. Finalmente, é necessário criar uma capacidade crítica ao saber acumulado e repassado oficialmente, desde que é administrado por grupos sociais com objetivos políticos precisos.

A expansão das ciências na modernidade foi, para Gramsci, um avanço extraordinário, não somente porque libertou o conhecimento da metafísica e do autoritarismo, mas, sobretudo porque abriu o acesso do conhecimento às massas permitindo a sua progressiva emancipação e a sua afirmação social e política. Daqui a insistência na educação científica e humanista, técnica e social, profissional e política, capaz de formar “dirigentes” do próprio mundo, aliando a criatividade e versatilidade de Leonardo com a interioridade e sensibilidade popular de Lutero, porque para Gramsci “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica” (GRAMSCI, Q. 10, p. 1331).

Como salienta Schlesener:

A questão da educação é um desdobramento da teoria política e não uma simples teoria pedagógica; implica a compreensão da organização cultural de um determinado país em um determinado momento histórico, a formação das concepções de mundo que orientam a vida dessa sociedade, a atividade das instituições culturais como a igreja, os jornais e toda a estrutura editorial e, nesse contexto a estrutura do sistema escolar, tanto público como privado; cabe ainda compreender a estrutura jurídica, a atuação da magistratura, dos órgãos legislativo e executivo na elaboração e aplicação das políticas públicas e como tais ações atuam sobre ou interferem nos objetivos sociais e políticos das classes subalternas; exige ainda a compreensão das relações internacionais e os elos recíprocos entre as nações, que alteram o conjunto de relações internas, tanto econômicas quanto políticas e culturais. Tudo isso faz parte, no contexto gramsciano, da nossa identidade enquanto “síntese das relações existentes” e também da “história dessas relações”, o que exige a permanente releitura do passado e a compreensão do momento que constitui o nosso presente. (SCHLESENER, 2009, p. 79-80).

Conseqüentemente se coloca a necessidade de adquirir disciplina no estudo, amplo domínio no campo do saber, técnicas apuradas de aprendizagem, capacidade de formular conceitos claros e precisos. Gramsci recusa o relativismo e o



pragmatismo, porque as classes subalternas devem ter as condições para a formação de uma nova civilização, de um “homem novo”.

Aqui adquire particular relevância um outro conceito ao qual fizemos referencia: o conceito de “historia integral”.

A perspectiva de “história integral”, elaborada por Gramsci, apresenta a história como um conflito aberto entre dois projetos opostos de síntese de passado e presente. “História e política são idênticas não apenas porque o passado se torna a base da ação política presente, mas também no sentido de que a definição do passado é parte de um projeto político”. (FROSINI, 2013, p. 44).

Assim, a leitura do passado é fundamental para o projeto do presente, por isso mesmo,

A história integral [...] mostra que qualquer “teoria da historia” é sempre, inevitavelmente, interna a um determinado *projeto hegemônico*. Reabertura crítica da história (operação teórica) e incorporação da atividade historiográfica na política são, no historicismo integral de Gramsci, articuladas de modo unitário. [...] Mostra também, de forma positiva, como essa teorização é parte de um projeto hegemônico. (FROSINI, 2013, p. 36).

A burguesia elabora e impõe um ponto de vista como o único, inevitável e universal.

As classes subalternas precisam elaborar uma concepção autônoma e independente da história: a “historia integral”. Ela é um repensamento da historia a partir do conflito desde que adota a perspectiva dos subalternos, permitindo: em primeiro lugar, revelar o caráter falsamente universal da perspectiva histórica da burguesia, operando a redução da universalidade às lutas e da ordem ao conflito; e em segundo lugar, indicar um percurso político de construção de universalidade na concretude das lutas.

Considerando a história não como um processo, mas como um *equilíbrio* instável de forças contrapostas; “a vitória de uma força sobre a outra vem de sua capacidade de coordenar a própria ação política *com o conhecimento da própria posição e daquela do adversário*” (FROSINI, 2013, p. 43-44). Por este motivo,



[...] Escrever a história desde a perspectiva dos subalternos tem um valor político imediato, pois torna possível “colocar em perspectiva os vencedores, mostrando quanto aquela sua vitória seja mérito da política e não de um destino inelutável, e como daquela política faça parte o trabalho prospectivo de definição e de sua relação com o presente. Nesse sentido, a “revolução passiva” torna-se sinônimo de transformação histórica: pois é um critério que mostra a história como obra-prima *política* de uma classe, da qual é preciso antes de tudo tomar consciência para podê-la combater. (FROSINI, 2013, p. 44-45).

Na mesma direção a definição de Gramsci do homem como “a síntese de suas determinações”, mas, “não somente é a síntese das relações existentes, mas também a história destas relações, ou seja, é o resumo de todo passado”, que precisa necessariamente conhecer. Se a sua “individualidade é o conjunto das relações” existentes, “formar uma personalidade significa adquirir consciência de tais relações” e “modificar a própria personalidade significa modificar o conjunto destas relações” (SCHLESENER, 2013, p. 84).

### **3. CONHECIMENTO TEÓRICO-CIENTÍFICO E CONHECIMENTO TEÓRICO-PRÁTICO NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL**

A partir das breves colocações até aqui realizadas seguidamente apontamos algumas questões sobre o conhecimento produzido na área do Serviço Social.

As nossas reflexões surgem a partir de frequentes afirmações que enfatizam a distinção entre o conhecimento teórico-científico e o conhecimento teórico-prático produzido na área do Serviço Social, e que ao mesmo tempo tratam de diminuir ou até eliminar essa distinção, provocando permanente angústia nos profissionais que produziram “apenas” conhecimento teórico-prático.

A principal destas afirmações é a de que existe uma diferença entre a produção de conhecimento teórico-científico e a produção de conhecimento teórico-prático, o primeiro desenvolvido no âmbito de instituições formais de pesquisa (universidades, sobre tudo em nível de pós-graduação, e outras instituições de pesquisa como fundações, institutos) e o segundo produzido nos processos de intervenção profissional nos diversos campos de atuação. No intuito de minimizar as diferenças e valorizar o trabalho profissional se trata de conceber um tipo de pesquisa científica que



poderia ser realizado na atuação profissional, forçando deste modo os limites metodológicos da produção de conhecimento científico.

Por outro lado, mas na mesma direção, se tenta distinguir entre ciência e pseudociência, vejamos um exemplo:

Cynthia Crossen salienta, por exemplo, de que forma as pesquisas, e mais particularmente os números, vêm se configurando como poderosos elementos de persuasão, uma vez que agregam credibilidade a uma informação, dando-lhe um senso de racionalidade. Para ela, sob o *disfarce de ciência objetiva*, o que pode acontecer é a “corrupção da informação”, já que as conclusões de muitas pesquisas podem refletir, acima de tudo, os interesses de quem as encomendam. A autora se refere à *pseudociência* e sua ação, associando uma tentativa de legitimação do conhecimento, por meio da propaganda que é feita, informando que muitas pesquisas não passam de meros levantamentos de dados e tratam de temáticas banais. Entretanto, elas *têm aparência de científicas* em razão da forma como os resultados são apresentados, recorrendo a percentuais, margens de erro, significações estatísticas. Um dos aspectos que discute é, portanto, o risco da subserviência da pesquisa, o seu uso face à necessidade de dar maior credibilidade a um resultado já esperado, enfatizando a *manipulação* dos números e sua influência no cotidiano dos indivíduos. (MORAES, et al, 2010, p. 438).(Grifos nossos).

Desde esta perspectiva o problema não está nas concepções de ciência e de pesquisa científica, mas no uso manipulatório que se faz da autoridade social de que tais termos usufruem, assim trata-se de manipulação, disfarce, aparência, pseudociência. Este tipo de análises nos coloca no campo concepção da ideologia como “falsa consciência”. A única saída é, no melhor das hipóteses, voluntarista: estudar mais e melhor, aperfeiçoar-se, para desvelar a verdadeira ciência, ou para usar os dados em favor das classes subalternas.

Outro exemplo de reflexão sobre o tema da pesquisa em Serviço Social:

[...] Acredita-se que a produção do conhecimento pela via da pesquisa é o caminho que possibilita o rompimento do Serviço Social com a pseudoconcreticidade, por provocar no profissional o desejo de se movimentar [...] no sentido de fazer com que o pensar e o agir possam interagir dialeticamente. Com esse processo espera-se provocar a eliminação da concepção fetichizada que se satisfaz com a aparência da coisa, desenvolvendo uma práxis utilitária, manipuladora, construída na dimensão da “consciência comum”, “consciência ingênua” ou “falsa consciência” como diz Kosik. (SETUBAL, 2007, p. 65-66).



Deste modo o assistente social deveria empenhar-se em uma tarefa investigativa da *verdadeira* realidade social a fim de qualificar a sua intervenção, desvelando a verdade, a essência por traz das aparências.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos referidos exemplos de citações sobre a produção de conhecimento em Serviço Social, tentamos problematizar alguns paradoxos que surgem no processo de formação do assistente social:

- 1) A afirmação da existência de uma ciência “verdadeira” e de uma pseudociência que se correspondem à distinção entre verdade e ideologia (aqui como “falsa consciência”);
- 2) A afirmação da ciência “verdadeira” como a única possibilidade de conhecer a realidade e a partir desse conhecimento, em um segundo momento intervir de modo transformador;

Porém, a partir de uma perspectiva gramsciana pensamos que o problema possa ser equacionado em outros termos:

- 1) A ciência moderna foi e é um avanço contra o pensamento metafísico e autoritário, e permite o acesso ao conhecimento por parte das massas;
- 2) Através de uma educação científica e humanista (técnica e social, profissional e política) se abre a possibilidade de formação de dirigentes das classes subalternas desde que toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica;
- 3) A formação-transformação demanda o conhecimento de todas as relações sociais (historia integral) que no processo de conhecimento são transformadas;

Nestas brevíssimas notas temos tentado mostrar que analisando a produção de conhecimento do Serviço Social na perspectiva do marxismo gramsciano, os assistentes sociais podem participar do processo de construção do projeto





hegemônico das classes subalternas em todas as dimensões da sua atuação profissional, sem distinção hierárquica: seja na produção do conhecimento teórico-científico e/ou teórico-prático. Não se trata de desvendar a realidade, mas de construí-la junto com as classes subalternas, levando em conta o caráter permanente das lutas, repensando e conhecendo a história desde o conflito.

#### REFERENCIAS:

FROSINI, F. A “história integral” desde a perspectiva dos subalternos: contribuição para uma teoria marxista da história. In: **Revista Crítica Marxista**, no. 37, 2013. São Paulo: UNESP, 2013, p. 27-46.

GRAMSCI, A. **Quaderni del Carcere**. Edizione critica dell’Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Turim: Einaudi, 1975.

MORAES, C. A. de S. JUNCÁ, D. C. de M. SANTOS, K. de S. Para quê, para quem, como? Alguns desafios do cotidiano da pesquisa em serviço social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 103, p. 433-452, jul./set. 2010.

SCHLESENER, A. H. **A Escola de Leonardo**: Política e Educação nos escritos de Gramsci. Brasília: Liber Livro, 2009.

SEMERARO, G. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

SETUBAL, A. A. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. In: **Revista Katálysis**, v. 10, Número Especial Pesquisa em Serviço Social, 2007, p. 64-72. Florianópolis: EDUFSC, 2007.